

Governança Ambiental, Social e Corporativa

MDR PROMOVE DEBATE SOBRE IMPORTÂNCIA DA ADOÇÃO DE REGRAS ESG NAS EMPRESAS

02



PARA MELHORIA DO PROJECTO EM CURSO ATÉ MAIO DE 2024

Expansão e modernização da Tmcel vai custar 132 milhões de dólares

04



ATRAVÉS DO PROJECTO "NHLUVUKO"

Mozal disponibiliza 77 milhões de Meticais para financiar MPMEs de Boane e Matola

05



FALANDO NA 1ª CONFERÊNCIA ANUAL DE SEGUROS

Seguradoras queixam-se de exclusão nos projectos de petróleo e gás

10

PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

Governança Ambiental, Social e Corporativa

MDR promove debate sobre importância da adoção de regras ESG nas empresas



“ESG – Tendências e Desafios na Diversidade Geográfica” foi o tema da conferência internacional realizada no passado dia 14 de Setembro em Maputo pela MDR Advogados em colaboração com o Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique, Associação de comércio e indústria e serviços (ACIS) e Câmara do Comércio de Moçambique. Em destaque estiveram os temas de ESG (Environmental, Social and Governance), em especial a regulamentação, regras e políticas desta directiva europeia aplicada à realidade moçambicana.

Falando em entrevista à VOZ DO EMPRESÁRIO, Tiago Arouca Mendes, administrador da MDR Advogados, explicou que devido à partilha de conhecimento entre a sua rede de escritórios, tem acompanhado o debate sobre factores ambientais, sociais e de governação (Environmental, Social and Governance – vulgo “ESG” noutras jurisdições e tem notado que vários países e organizações estão a adoptar legislação e políticas em matéria de ESG que terão impacto em Moçambique devido ao efeito extraterritorial destas medidas.



Tiago Arouca Mendes

Administrador da MDR Advogados

“Neste contexto, organizamos esta conferência de modo a reunir o sector privado e público, representações diplomáticas, entidades financeiras e outros

stakeholders para, conjuntamente, discutir as implicações dos factores de ESG para Moçambique e outros Países de Língua Portuguesa (nomeadamente Angola e Cabo Verde, onde estamos presentes), no contexto Africano.”

Ainda na justificativa da pertinência do tema escolhido para a conferência, os organizadores defendem que a aplicação dos factores de ESG a nível internacional terá impacto nas empresas nacionais que tenham relações comerciais com empresas internacionais sujeitas a estas políticas e regras.

“Notamos também que é um tema muito abrangente, na medida em que as três áreas que compõe a sigla por si só ramificam-se em vários sub-temas e por isso seria importante dar um pontapé de saída e organizar um fórum onde pudéssemos obter vários pontos de vista sobre este tema.” Explicou Tiago Arouca Mendes para depois acrescentar que haverá uma necessidade de as empresas em Moçambique conformarem-se às melhores práticas internacionais e, nesse sentido, a adopção de políticas ESG pode contribuir para que as empresas atraiam e retenham investidores que estão à procura de oportunidades de investir em negócios sustentáveis.

Questionado sobre o papel da assessoria jurídica na aplicação do ESG nas empresas, o nosso interlocutor respondeu nos seguintes termos:

Enquanto escritório de advogados o nosso objectivo é prestar assessoria aos nossos clientes de modo a garantir o cumprimento das regras existentes no nosso ordenamento jurídico e no desenvolvimento de políticas internas em cada empresa que estejam em conformidade com as regras estabelecidas internamente ou que sejam aplicáveis a entidades com as quais se relacionem. A nossa assessoria jurídica incorpora a análise estratégica de cumprimento das métricas de sustentabilidade, seja numa fase de antecipação e elaboração de guiões para o efeito, ou de um plano de gestão de risco, ou, se necessário, na mitigação e correcção de

práticas que não estejam em cumprimento das métricas ora referidas.

Para Tiago Arouca Mendes, um dos principais desafios é a ausência de legislação específica tal como está a ser aprovada internacionalmente, que integre os três factores e possibilite uma análise conjunta de todos. Por outro lado, o empresariado nacional é constituído maioritariamente por PME, e uma minoria de empresas multinacionais.

“Neste contexto, e mantendo-se o interesse em desenvolver negócios que extravasam as fronteiras do País, cabe ao sector empresarial compreender antes de mais as regras aplicáveis, promovendo a adopção de políticas próprias de desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade a longo prazo, que estejam igualmente de acordo com as melhores práticas internacionais, contanto que não violem a lei local.” Explica.

Segundo os organizadores da conferência o objectivo da sua realização foi atingido com sucesso, tendo garantido a participação de um grupo de oradores variado (sector privado, corpo diplomático, governo, empresas, sociedade civil, consultoras, etc.), com destaque para ACIS, CCM e UE, estiveram presentes mais de 150 convidados, para além dos mais de 40 que se juntaram virtualmente.

A MDR tem promovido vários workshops, seminários, webinars e conferências para a partilha de conhecimento e troca de experiências com parceiros e convidados, havendo assim um benefício mútuo.

“No início deste ano realizámos um evento relacionado com o sector de águas (sob o tema “Desafios das Parcerias Público Privadas no Sector de Águas), e para além da conferência sobre o ESG, vamos, a MDR Advogados e a Morais Leitão, realizar uma conferência sobre Direito Aduaneiro, no dia 19 de Outubro, em parceria com a CCM e a Câmara dos Despachantes Aduaneiros de Moçambique.” Concluiu.

ULTRAPASSE OS LIMITES DO SEU POTENCIAL FINANCEIRO



DE INVESTIMENTOS
QUE CONDUZEM AO
SUCESSO FINANCEIRO

 www.bvm.co.mz  Linha Verde 800 4455

Projecto em curso até Maio de 2024

Expansão e modernização da Tmcel vai custar 132 milhões de dólares



O presidente da comissão de gestão da Tmcel, Mahomed Adamo Mussá, afirmou, em conferência de imprensa, que a empresa estatal de telecomunicações está num “novo renascer”, no âmbito da revitalização das operações até Maio de 2024, orçada em 132 milhões de dólares.

“Os primeiros dois meses foram para elaborar um plano a 18 meses para reverter a situação da empresa. É isso que vamos fazer: um novo renascer”, afirmou Mahomed Adamo Mussá, falando a jornalistas, em Maputo.

Os acionistas da empresa operadora de telecomunicações móveis e fixas aprovaram em Maio passado uma comissão de gestão, planos de revitalização da empresa e de redução de custos, a par de um estudo de rentabilização de centros de custos, dias depois de o ministro da tutela ter alertado no parlamento para a situação de quase colapso da Tmcel.

Durante o encontro, quatro meses depois, a administração afastou este cenário, revelando crescimentos em vários indicadores com a inclusão de novos produtos e explicou que o projeto de expansão e modernização da rede de telecomunicações da Tmcel, orçado em 132 milhões de dólares e financiada pelo

Eximbank da China, com conclusão prevista para Maio de 2024, já foi executado a 57%, o que implicou, entre outros investimentos, a instalação de mais 778 antenas de transmissão do sinal de telecomunicações, numa previsão de 1.300.

“A nova comissão de gestão começou a trabalhar em Maio e focou-se em estabilizar a rede e a rede já começa a ficar estável. Nós temos zero sites (antenas) com problemas, por exemplo, de energia. Nós temos uma disponibilidade de rede acima de 97% e a nossa tendência é chegar mesmo para 100%, esse é o caminho”, explicou o diretor de marketing da Tmcel, Adil Ginabay.

Ainda no âmbito da modernização e expansão da rede, iniciada em janeiro de 2022, após “quase dez anos sem investimento”, a Tmcel, que opera uma rede de suporte de 7.600 quilómetros de fibra ótica e de 8.500 quilómetros de redes de acesso, já aumentou a cobertura de banda larga de 10 para 400 gigabits por segundo (Gbps).

“Já cobrimos as províncias do país, com exceção de Niassa, com a nova rede de 4,5G”, acrescentou Adil Ginabay.

Atualmente, a quota de mercado da Tmcel em Moçambique é de 10 a 12%, em termos de

clientes ativos, mas os gestores assumem o objectivo de ultrapassar os 25% a médio prazo.

“Todas estas etapas, conjugadas com a expansão e modernização da rede, vão significar resultados crescentes para a empresa. Neste momento, Agosto foi o primeiro mês que conseguimos cruzar o mês homólogo de 2022, em termos de recarregamento, subimos 7%. Para nós é uma vitória, para nós é uma vitória, porque já não acontecia faz tempo”, afirmou.

A Tmcel conta atualmente com 1.419 trabalhadores e em 2019 iniciou um processo de adesão voluntária para rescisão de contratos que levou à saída de 526 colaboradores. Actualmente, foi ainda avançado, está em curso uma segunda fase deste processo, prevendo a operadora chegar a Junho de 2024 com cerca de mil trabalhadores, através de rescisões voluntárias e dispensa de colaboradores.

A comissão de gestão da Tmcel esclareceu que a situação financeira “está controlada”, que tem estado “a honrar os compromissos”, tendo o objetivo de “sanear a dívida”, mas reconhecendo tratar-se ainda de um “processo longo”.

PUBLICIDADE

eSIM
O TEU CARTÃO VIRTUAL

Agora podes ter mais números num único dispositivo.

Vai já a uma loja Tmcel ou contacte o teu gestor.

4.5G

Termos e condições aplicáveis

Através do projecto “Nhluvuko” Mozal disponibiliza 77 milhões de Meticais para financiar MPMEs de Boane e Matola



Adolfo Muholove

PCE da GAPI

Gil Cumaio

Director dos Assuntos Externos da Mozal

A Mozal, em parceria com a GAPI-Sociedade de Investimentos, lançou a 22 de Setembro no Posto Administrativo da Matola Rio, em Boane, província de Maputo, o projecto Nhluvuko, uma iniciativa que visa desenvolver programas e projectos comunitários com vista a melhorar negócios, rendimentos e promover a geração de empregos nos distritos da Matola e Boane na província de Maputo.

O projecto, cuja duração é de cinco anos, tem como grupo-alvo, micro e pequenas empresas sediadas naqueles distritos, bem como empreendedores individuais, com particular realce para mulheres e jovens que se beneficiarão de capacitação e financiamento para melhorarem a capacidade operacional e gestão dos seus negócios.

Com o lema “Acelerando o Desenvolvimento Local”, o programa está orçado em cerca de 77 milhões de meticais e espera abranger, de forma directa, mais de 240 beneficiários. Na ocasião os representantes da Mozal e da GAPI rubricaram o Memorando de Entendimento que viabiliza o financiamento da iniciativa.

O director de assuntos externos da Mozal, Gil Cumaio, instou aos potenciais beneficiários do Nhluvuko a encararem o projecto com seriedade e como uma verdadeira alavanca para a melhoria das condições de vida de todos aqueles que de alguma forma poderão sentir o seu impacto.

“O Nhluvuko não pode ser visto apenas como mais um projecto. A Mozal acredita que o desenvolvimento das MPME contribui em grande medida para a economia local, foi neste contexto que junto do Governo da

Província de Maputo e da GAPI a Mozal decidiu financiar este projecto.” Explicou Gil Cumaio.

A implementação e operacionalização do projecto Nhluvuko está a cargo da GAPI, uma instituição financeira de desenvolvimento que para além de capacitar os beneficiários vai gerir todo o processo de criação de condições para de acesso ao financiamento.

Segundo o Presidente da Comissão Executiva da GAPI, Adolfo Muholove, o financiamento do Nhluvuko abrange toda a actividade económica, com destaque para produção e comércio de produtos e serviços.

“Durante os cinco anos da vigência do projecto queremos assegurar a manutenção e criação de novos postos de trabalho para a juventude, criando novas empresas e formalizando as informais. Esperamos gerar cerca de 600 empregos e aumentar o volume de negócios dos beneficiários.” Afirmou Adolfo Muholove.

Para o Governo da Província de Maputo, o projecto está alinhado com as acções do executivo no quadro da promoção do desenvolvimento local.

“Esperamos que o Nhluvuko venha dinamizar a economia da província, numa altura em que tentamos nos reerguer depois da Pandemia da Covid-19 e das cheias que fustigaram este ponto do país no início do presente ano, tornando o crédito mais acessível aos empreendedores.” Disse Joel Nhassengo, director provincial da Indústria e Comércio, falando em representação do Governador da Província de Maputo.

Por sua vez, a Associação Provincial dos

Jovens Empreendedores de Maputo (APJEM) através do seu presidente Clayton Matumbela, diz estar preparada para ajudar os jovens a aceder ao financiamento.

“Nós vamos visitar a nossa base de dados para perceber quais são os jovens mais elegíveis para o projecto, segundo, o processo de implementação do próprio projecto vai contar com a parceria da APJEM no sentido em que teremos nos próximos dias sessões mais privadas com o pessoal da GAPI, com o pessoal da implementação do projecto que é para termos mais detalhes. Hoje foi feita uma apresentação pública muito boa, mas há ainda muitos detalhes que queremos entender...”

Segundo Clayton Matumbela, os jovens na Província de Maputo estão mais envolvidos em áreas de prestação de serviços. “Isto por causa da facilidade no processo da inscrição e no processo de legalização desses negócios, é relativamente fácil, e por causa dos investimentos também que são necessários, então temos muitos jovens a operarem na área de serviços, apesar de que nós como associação advogamos para que os jovens possam estar noutras áreas como agricultura e indústria de transformação.” Explicou.

Ao longo dos 23 anos das suas operações, a empresa tem estado a desenvolver várias iniciativas que visam capacitar, empoderar e transformar a vida das comunidades. Estas iniciativas estão alinhadas às quatro áreas de foco na estratégia de investimento social da empresa: Saúde e Bem-Estar, Educação e Liderança, Participação Económica, Resiliência de Recursos Naturais.

societegenerale.co.mz



O FUTURO, LADO A LADO

O Futuro é construído na forma como damos cada passo.

No **Société Générale Moçambique** orgulha-nos a vontade e resiliência com que os nossos Clientes encaram a mudança nas suas vidas e nos seus negócios. Para nós, você é o futuro e é consigo que queremos continuar a construir o dia de amanhã.

**VOCÊ É
O FUTURO**  **SOCIETE GENERALE
MOÇAMBIQUE**

A assinalar os 10 anos do M-Pesa 1ª edição do M-pesa Fintalks discute inclusão financeira digital

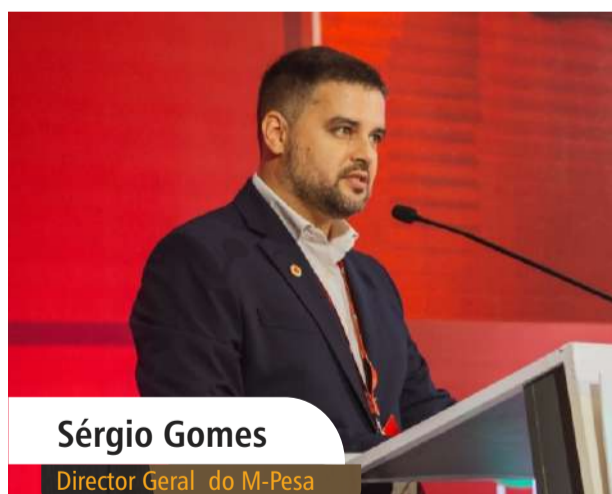


Os reguladores e operadoras de telefonia móvel precisam de trabalhar juntos para garantir a inclusão financeira digital. Quem defende a ideia são os participantes da primeira edição do M-Pesa Fintalks, conferência lançada recentemente, na Cidade de Maputo.

O evento foi organizado pela Vodafone M-Pesa – Moçambique, Financial Sector Deeping (FSD) Moçambique e a Associação das Fintechs Moçambique, cujo objectivo, segundo o director-geral do M-Pesa, Sérgio Gomes, é discutir os caminhos para a inclusão financeira digital.

A primeira edição do M-Pesa Fintalks decorreu sob o lema “Ligados, trilhamos o caminho da inclusão financeira”.

Segundo o Director-Geral do M-Pesa, Sérgio Gomes, o evento acontece num dia em que a plataforma faz 10 anos e já perfaz um total de 10 milhões de utilizadores, mas ainda sente que é preciso chegar a mais pessoas.



Sérgio Gomes

Director Geral do M-Pesa

“Por isso, espera-se que possa estabelecer e fomentar um movimento colaborativo para fortalecer o ecossistema digital, capaz de enfrentar os desafios da inclusão financeira em Moçambique e no mundo. Compartilhamos uma visão e um propósito comuns, a inclusão financeira como motor de desenvolvimento, uma solução para o empoderamento social e que possa inspirar mais camadas da sociedade, num mundo

onde a inclusão financeira é, muitas vezes, dado como certo; é fundamental lembrar que milhões de pessoas ainda continuam excluídos, sem acesso aos serviços mais básicos que podiam transformar as suas vidas”, disse.

E essa, foi, segundo Gomes, uma das razões para o lançamento da M-Pesa Fintalks.

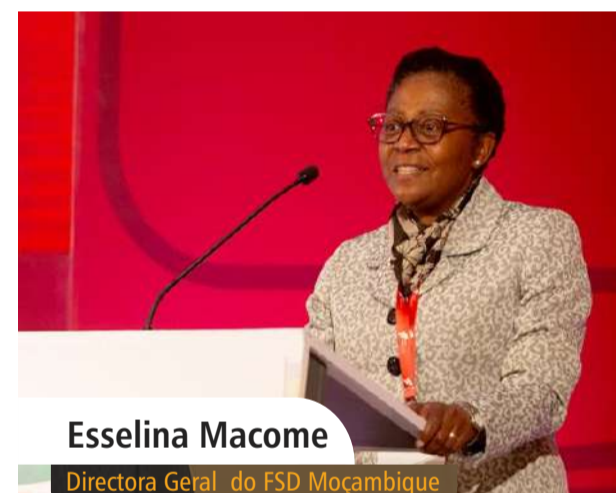
Coube a Esselina Macome, Directora-Geral do FSD Moçambique, fazer o resumo do historial do desenvolvimento dos serviços financeiros no país, tendo, na ocasião, defendido o “melhor servir ao consumidor” e destacando que a regulação nunca deve estar à frente da inovação tecnológica, ou seja, que é preciso compreender que a inovação deve vir sempre em primeiro lugar.

“Temos de ver como trilhamos em conjunto, para tirarmos os proveitos da inovação, mas tendo em conta que nos preocupamos com a protecção do consumidor e isto traz um grande desafio, um grande papel para os reguladores de forma a ver como criam um ambiente regulatório que não inibe a inovação”, desafiou.

Macome disse, igualmente, que os desafios do sector financeiro no país ainda são muitos, destacando a literacia financeira para os consumidores, as competências dos que trabalham com estas plataformas e os ataques cibernéticos.

Nesta conferência, o primeiro painel teve como tema de debate: “Explorando o impacto positivo da regulamentação na criação de um ecossistema financeiro inclusivo”, um dos intervenientes foi Tuaha Mote, Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM), que reconheceu o papel do regulador no processo de inclusão digital, referindo que o INCM de tudo tem feito para garantir maior expansão de serviços, desde a facilitação

para a implantação de infra-estruturas, a luta para combate à lavagem de dinheiro e branqueamento de capitais, entre outras acções, mas nem tudo depende deles, exemplificando as barreiras que estas empresas têm na importação dos seus equipamentos.



Esselina Macome

Directora Geral do FSD Moçambique

“Hoje, para importar equipamento de telecomunicações, só de direitos alfandegários, são 100% do custo de uma BTS; fazemos isenções de tudo, menos no sector das telecomunicações. O desafio agora é, junto dos vários intervenientes, termos uma regulamentação colaborativa, para que outros reguladores, outras entidades do Estado que não sentem na pele a pressão que temos em garantir a expansão da rede para que possam perceber e fazer o buy-in”, defendeu Mote.

Outro desafio apontado tem a ver com o incentivo que os operadores devem ter para colocarem infra-estruturas de comunicação em todo o país, mesmo para aqueles locais onde o risco de investimento é muito alto ou o retorno de investimento é baixo, pois é lá onde se encontram as pessoas excluídas.

Na ocasião foram apresentadas novas startups: M-Pesa Super App, Tablu Tech-Modi e a Digital Insurance, esta última um aplicativo em que, através do M-Pesa, os utilizadores podem ter acesso aos serviços de seguro.

Para o sucesso do processo Moza Banco defende inclusão financeira dos pequenos agricultores rurais do País



O Moza Banco participou, recentemente, na primeira edição do Mozambique Banking, Financial, Services & Insurance, uma conferência que discutiu problemas e soluções para o sector da Banca e Seguros em Moçambique.

Na ocasião, o director Institucional e de Protocolos, Octávio Mutemba, defendeu o reforço das acções de engajamento e envolvimento dos pequenos agricultores rurais, como a chave para o sucesso do processo de inclusão financeira no País.

Octávio Mutemba, referiu que este grupo social é o principal vector da economia a nível das localidades recônditas, daí que os bancos precisem de estar cada vez mais próximos dos agricultores, oferecendo soluções que se adequem às suas necessidades.

A fonte, que integrou o painel de debate subordinado ao tema “Inclusão Financeira como Motor de Desenvolvimento Económico e Melhoria da Qualidade de Vida”, aproveitou para recordar que o Moza é o banco com maior número de agências a nível das regiões rurais do País, no âmbito da iniciativa governamental “Um Distrito, Um Banco”, na qual as instituições bancárias são convidadas a expandir os seus serviços para fora das áreas urbanas.

Os dados do Inquérito ao Sector Informal (Instituto Nacional de Estatística – 2021) indicam que as actividades económicas neste são exercidas por mais de 13 milhões de pessoas (85% da população activa total), das quais 75% se encontram integradas no sector agrário.

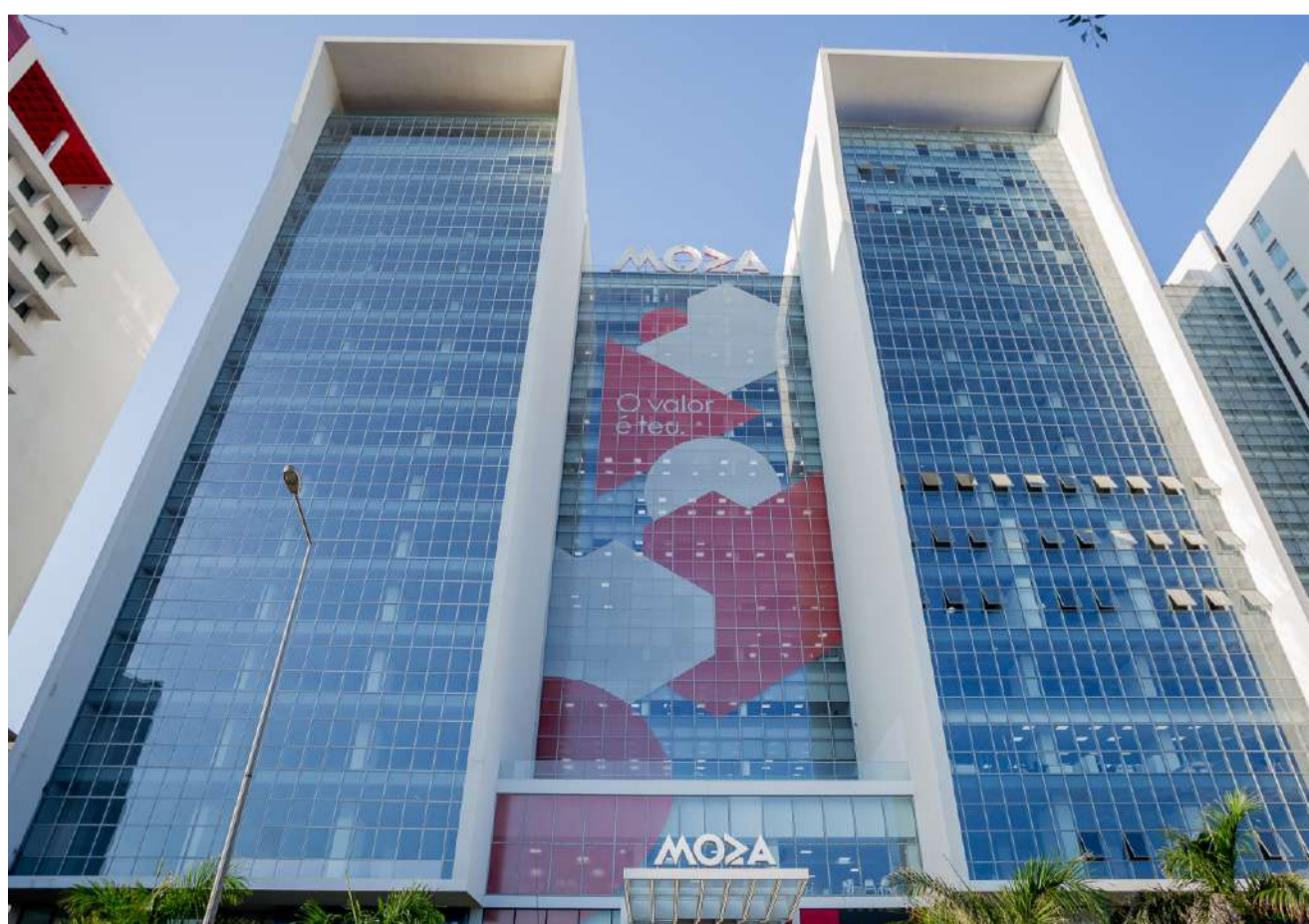
“A aposta no engajamento das comunidades rurais, com particular enfoque nos

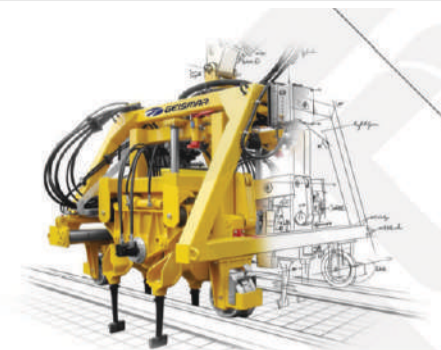
agricultores, faz do Moza um banco que, mais do que prover serviços financeiros à população, também desempenha um papel cívico de mérito, educando as comunidades para a necessidade de poupar, investir e guardar o seu dinheiro com segurança”, destacou o director Institucional e de Protocolos, acrescentando, igualmente, que o Moza vai continuar a ver no agricultor um agente válido de negócio.

Segundo Octávio Mutemba, uma das estratégias que o Moza Banco encontrou para sensibilizar as comunidades rurais para a necessidade de abrirem uma conta bancária chama-se “Conta com o Moza”, – um programa radiofónico produzido e difundido em línguas locais para melhorar ainda mais o entendimento da importância da inclusão financeira.

“Com este programa, procurámos referências no contexto de cada comunidade para explicar, na sua própria língua, a pertinência dos serviços bancários. Fazemos com que os cidadãos compreendam que o Moza é um parceiro que pode apoiar o seu desenvolvimento, potenciando o alcance dos seus sonhos e objectivos”, assegurou.

O Moza assume-se como um dos “bancos da agricultura” no País potenciando directamente várias culturas de consumo interno e de exportação. E para abranger ainda mais o ramo agrário, estende a sua cobertura à pecuária, financiando a produção e criação dos gados bovino e ovino e apostando na avicultura.





MODERN TECHNOLOGIES IN RAILWAYS AND OIL & GAS



- MANUTENÇÃO DE TUBAGEM, TANQUES E COMPONENTES MECÂNICOS, NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GAZ;
- MANUTENÇÃO DE TODO TIPO DE CARRIS NA INDÚSTRIA FERROVIÁRIA;
- TESTAGEM NÃO DESTRUTIVA (NDT).

SÃO AS NOSSAS ESPECIALIDADES E O NOSSO DIFERENCIAL

www.tatos.co.mz



Alta Tecnologia em NDT



Falando na 1ª Conferência Anual de Seguros

Seguradoras queixam-se de exclusão nos projectos de petróleo e gás



As seguradoras dizem-se excluídas nos projectos de petróleo e gás por suposta falta de capacidade para assumir grandes riscos. Na conferência anual de seguros, defenderam a necessidade de rever o regime jurídico do sector para adequá-lo à realidade actual.

A conferência anual de seguros debateu, dentre vários temas, o regime jurídico dos seguros, o envolvimento das seguradoras em projectos de petróleo e gás, bem como o papel deste sector em eventos climáticos severos.

Na exploração de petróleo e gás, as seguradoras queixam-se de exclusão e desmentem não ter capacidade para assumir grandes riscos.

“Existe capacidade local, a associação tem estado a promover uma interacção cada vez maior entre as seguradoras para, ainda que não haja legislação, os riscos sejam retidos no país e só depois de esgotar a capacidade. Ainda não estamos neste nível, já estamos no nível de partilha de grandes riscos a nível local. Portanto, a indústria de seguros, como mercado, está preparada para responder a estes desafios”, afirmou Isaiás Chembeze, representante da Emose e orador do painel sobre o conteúdo local nos projectos de petróleo e gás: o caso das seguradoras moçambicanas.

No mesmo pensamento, alinhou o representante da CTA, Simoni Santi. “É verdade. Neste momento, há empresas com

grandes dificuldades de trabalhar no sector de petróleo e gás porque é um sector onde há padrões complicados, sobretudo porque temos competitividade empresarial em Moçambique”.

No entanto, há quem considera que o problema é que as empresas não definem com clareza o que precisam. “Para mim, o grande desafio é, primeiro, a falta de política de conteúdo local sobre o que realmente queremos porque, muitas vezes, as próprias empresas não sabem o que as multinacionais podem fazer por elas”, observou Afonso Machaca.

Só que o problema não é só esse. É preciso incorporar no regime jurídico de seguros a obrigatoriedade de as multinacionais priorizarem as seguradoras nacionais.

“O que é que nós ainda podemos salvar. Podemos considerar que a Bacia de Rovuma é um assunto perdido, mas temos aqui uma oportunidade nobre de fixar, se margem, para possível contorno na nova era que os riscos, seja qual for, tem que ser colocado aqui em Moçambique. A questão da capacidade vai-se discutir depois”, sugeriu Ruben Chivale, CEO da Índico Seguros e Presidente da Associação Moçambicana das Seguradoras, entidade organizadora do evento.

Ainda sobre a lei, fundamenta Matias Guente, jornalista, “o mais importante neste momento é que, olhando o actual contexto, temos de fazer uma assembleia de moçambicanos para moçambicanos e perguntar: o que nós

queremos para o novo regime?”.

Para o Instituto Nacional de Petróleos, as seguradoras não devem, apenas, prender-se nos negócios de petróleo e gás. “Nós temos muitas outras disciplinas, muitas outras áreas aqui, no nosso país, que se podem tomar em consideração, mas as operações petrolíferas adicionam um grande valor no desenvolvimento do país”, fundamentou Inocência Maculuve, do Instituto Nacional de Petróleos.

Na revisão do regime jurídico dos seguros, os oradores defendem que se tenha em conta a questão da separação de capitais por danos corporais e materiais.

“Três milhões de meticais é manifestamente pouco. Todos os dias, vemos no jornal acidentes com 10 ou 15 vítimas e eu pergunto se três milhões de meticais servem para indemnizar 10 vítimas ou temos uma noção do valor da vida em Moçambique da vida muito baixa e eu acho que temos que alterar isto e isso passa por os próprios capitais acompanharem a evolução”, defendeu Carlos Leitão, diretor-geral da Fidelidade-Ímpar.

Todas as preocupações levantadas pelos oradores vão ser acomodadas no regime jurídico ainda em revisão. Num contexto em que o país é assolado por eventos extremos da natureza, as seguradoras mostraram-se dispostas e capazes de cobrir os riscos.

ANUNCIE SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, AQUI A SUA MARCA CHEGA MAIS LONGE!



Ficha Técnica

Propriedade:

ACIS

Sede:

Bairro Palmeiras 1, Rua João de Barros nº 270 - Beira – Moçambique

Sucursal:

Bairro da Sommerschild, Rua António Simbine nº114 - Maputo

Contactos:

Telf: +258 82 2434188 | +258 822 434 164

+258 82 2434188

Email: acisadmin2@acismoz.com
aciscoms@acismoz.com

Presidente do Conselho de Gerência

Luís Magaço Jr.

Direção:

Edson Chichongue

Redação e Edição:

Arnaldo Langa

Periodicidade:

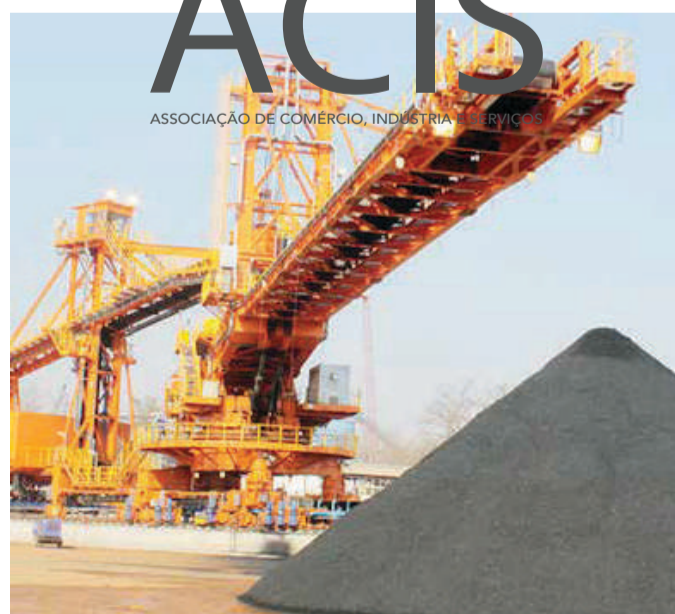
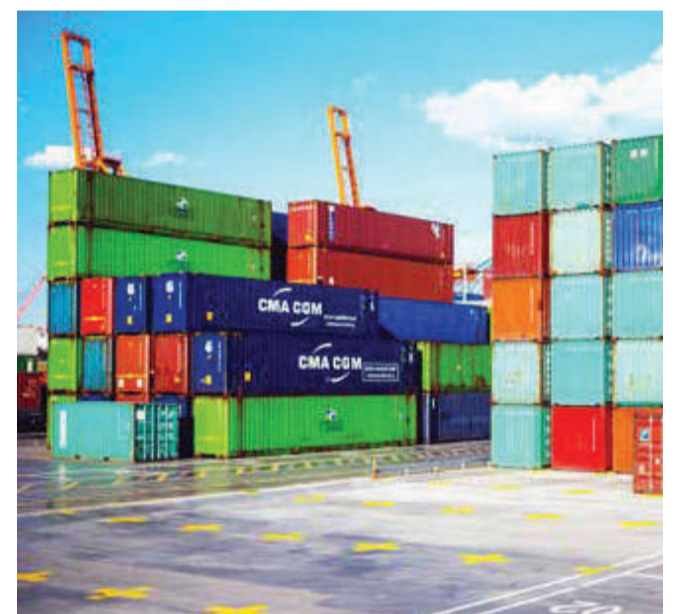
Mensal

Coordenação:

ACIS

Layout e Maquetização:

INNOVART



PARCEIROS



member of MORAIS LEITÃO LEGAL CIRCLE

PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

SOBRE ACIS

A Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS) é uma pessoa colectiva de direito privado, com fins não lucrativos, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Fazem parte desta agremiação, pequenas, médias e grandes empresas dos ramos industrial, comercial e prestação de serviços, que operam no território nacional moçambicano, independentemente da sua origem.

MISSÃO

A missão da ACIS é promover, apoiar e proteger os interesses empresariais e de negócios dos seus membros, de forma particular e das empresas em geral que operam em Moçambique; Fornecer informações, suporte e treinamento para as empresas; lobby e advocacia em prol dos membros e do Sector privado em geral. Na sua actuação a ACIS pauta pelos princípios de boa Governação e Gestão Organizacional.

VISÃO

Um sector empresarial cada vez mais produtivo e competitivo, com contributos significativos para geração de emprego e riqueza e capaz dinamizar o processo de desenvolvimento económico e social do País.

ENDEREÇO / ADDRESS Bairro Palmeiras 1, Rua de Barros nº 270 - Beira - Moçambique
 Sucursal: Bairro da Sommerchield, Rua António Simbine, n 114, Maputo
 Moçambique

e-mail aciscoms@acismoz.com
acisadmin2@acismoz.com